

CVM

Cargo -

ANALISTA - Gestão (Perfil 5)



Editais verticalizados

CVM - Comissão de Valores
Mobiliários

CONHECIMENTOS BÁSICOS

1 - LÍNGUA PORTUGUESA

Interpretação e Compreensão de texto. Organização estrutural dos textos.

Marcas de textualidade: coesão, coerência e intertextualidade.

Modos de organização discursiva: descrição, narração, exposição, argumentação e injunção; características específicas de cada modo. Tipos textuais: informativo, publicitário, propagandístico, normativo, didático e divinatório;

características específicas de cada tipo. Textos literários e não literários.

Tipologia da frase portuguesa.

Estrutura da frase portuguesa: operações de deslocamento, substituição, modificação e correção.

Problemas estruturais das frases. Norma culta.

Pontuação e sinais gráficos.

Organização sintática das frases: termos e orações. Ordem direta e inversa.

Tipos de discurso.

Registros de linguagem.

Funções da linguagem.

Elementos dos atos de comunicação.

Estrutura e formação de palavras. Formas de abreviação.

Classes de palavras; os aspectos morfológicos, sintáticos, semânticos e textuais de substantivos, adjetivos, artigos, numerais, pronomes, verbos, advérbios, conjunções e interjeições; os modalizadores.

Semântica: sentido próprio e figurado; antônimos, sinônimos, parônimos e hiperônimos.

Polissemia e ambiguidade.

Os dicionários: tipos; a organização de verbetes.

Vocabulário: neologismos, arcaísmos, estrangeirismos; latinismos.

Ortografia e acentuação gráfica.

A crase.

2 - ESTRUTURA DO MERCADO DE VALORES MOBILIÁRIOS (MVM)

Sistema Financeiro Nacional: legislação, bases, funções, estrutura e funcionamento.

Mercado financeiro e de capitais: importância econômica; principais produtos dos mercados financeiro e de capitais.

Regulação e autorregulação do mercado de valores mobiliários.

Lei de Liberdade Econômica (Lei nº 13.874/2019 e suas alterações) e seu impacto na regulação do mercado de valores mobiliários.

Análise de Impacto regulatório.

Decreto nº 10.411 de 30 de junho de 2020 e suas alterações.

CVM: legislação, criação e natureza jurídica, atribuições, competência, organização e funcionamento.

Administradores de Carteiras, Analistas de Valores Mobiliários, Assessores de Investimento e Consultores de Valores Mobiliários: Características, requisitos, funções e responsabilidades.

Entidades administradoras de mercados organizados.

Plataformas eletrônicas de investimento participativo (crowdfunding).

Mercados de bolsa, balcão organizado e balcão não organizado: Características, requisitos, funções e responsabilidades. Intermediários, custodiantes, escrituradores, entidades de compensação e liquidação e depositários centrais.

Características, requisitos, funções e responsabilidades.

Companhias Abertas: conceito; obtenção e cancelamento de registro de emissor de valores mobiliários; categorias A e B; informações periódicas e eventuais.

Hipóteses de dispensa de registro de emissor de valores mobiliários.

Fundos de investimento: Conceito; características gerais; estrutura e funcionamento; tipos de fundos de investimento; fundos abertos e fechados; objetivos para a constituição de um fundo de investimento; classes e subclasses de cotas; papéis e obrigações dos prestadores de serviços essenciais; e regulamento do fundo.

Lei nº 14.430/2022. Lógica econômico-financeira.

Valores mobiliários emitidos no âmbito de operações de securitização.

Regime fiduciário e categorias S1 e S2 de companhias securitizadoras.

Auditores independentes.

Agências de classificação de risco.

Características, requisitos, funções e responsabilidades.

Valores Mobiliários: conceito e especificidade em relação a outros títulos.

Mercados primário e secundário.

A distribuição dos valores mobiliários no mercado.

Legislação do mercado de valores mobiliários: Arts. 1368-C a 1368-F do Código Civil, Leis nº 6.385/1976 e alterações posteriores, 6.404/1976 e alterações posteriores.

3 - FUNDAMENTOS DE DIREITO

Direito Constitucional.

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Princípios fundamentais.

Aplicabilidade das normas constitucionais.

Normas de eficácia plena, contida e limitada.

Direitos e garantias fundamentais.

Direitos e deveres individuais e coletivos, direitos sociais, direitos de nacionalidade, direitos políticos, partidos políticos.

Organização político-administrativa do Estado. Estado federal brasileiro, União, estados, Distrito Federal, municípios e territórios.

Administração Pública. Disposições gerais. Servidores públicos.

Poder executivo. Atribuições e responsabilidades do Presidente da República.

Poder legislativo. Estrutura. Funcionamento e atribuições.

Processo legislativo.

Fiscalização contábil, financeira e orçamentária.

Comissões parlamentares de inquérito.

Poder judiciário. Disposições gerais. Órgãos do poder judiciário. Organização e competências, Conselho Nacional de Justiça. Composição e competências.

Funções essenciais à justiça.

Ministério Público e Advocacia Pública.

Ordem Econômica e Financeira.

Direito Administrativo.

Estado, governo e Administração Pública.

Conceitos. Elementos.

Direito administrativo. Conceito. Objeto. Fontes.

Ato administrativo. Conceito, requisitos, atributos, classificação e espécies. Extinção do ato administrativo: cassação, anulação, revogação e convalidação. Decadência administrativa.

Agentes públicos. Conceito. Espécies. Cargo, emprego e função pública. Provimento. Vacância. Efetividade, estabilidade e vitaliciedade. Remuneração. Direitos e deveres. Responsabilidade.

Processo administrativo disciplinar.

Lei nº 8.112/1990.

Poderes da Administração Pública. Hierárquico, disciplinar, regulamentar e de polícia. Direito administrativo sancionador. Uso e abuso do poder.

Princípios expressos e implícitos da Administração Pública.

Responsabilidade civil do Estado. Responsabilidade por ato comissivo do Estado. Responsabilidade por omissão do Estado. Requisitos para a demonstração da responsabilidade do Estado. Causas excludentes e atenuantes da responsabilidade do Estado. Reparação do dano. Direito de regresso.

Serviços públicos. Conceito. Elementos constitutivos. Formas de prestação e meios de execução. Delegação: concessão, permissão e autorização. Classificação. Princípios.

Lei nº 13.460/2018 e seus regulamentos.

Organização administrativa. Centralização, descentralização, concentração e desconcentração. Administração direta e indireta. Autarquias e fundações. Empresas estatais.

Controle da Administração Pública. Controle exercido pela Administração Pública. Controle judicial. Controle legislativo.

Improbidade administrativa: Lei nº 8.429/1992.

Processo administrativo. Lei nº 9.784/1999.

Licitações e contratos administrativos: Lei nº 14.133/2021.

Ética Pública. Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal (Decreto nº 1.171/1994).

Sistema de Gestão da Ética do Poder Executivo Federal (Decreto nº 6.029/2007).

Lei nº 12.813/2013 - Dispõe sobre o conflito de interesses no exercício de cargo ou emprego do Poder Executivo Federal e impedimentos posteriores ao exercício do cargo ou emprego.

Exposição de Motivos nº 37/2000 do Chefe da Casa Civil - Código de Ética da Alta Administração.

Direito de acesso à informação no Brasil: normas constitucionais,

Lei nº 12.527/2011, Decreto nº 7.724/2012 (Regulamenta a Lei nº 12.527/2011).

Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD).

Atuação do Estado no Domínio Econômico. Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro (Arts. 20 a 30, do Decreto-Lei nº 4.657/1942) e respectivo regulamento (Decreto nº 9.830/2019).

4 - FLUÊNCIA DE DADOS

Fluência em dados: conceitos, atributos, métricas, transformação de Dados.

Análise de dados. Agrupamentos. Tendências. Projeções.

Conceitos de Analytics.

Aprendizado de Máquina.

Inteligência Artificial.

Processamento de Linguagem Natural.

Governança de Dados: conceito, tipos (centralizada, compartilhada e colegiada).

Ciência de dados: Importância da informação. Big Data.

Big Data em relação a outras disciplinas.

Ciência dos dados.

Ciclo de vida do processo de ciência de dados.

Papeis dos envolvidos em projetos de Ciência de dados e Big Data.

Computação em nuvens. Arquitetura de Big Data.

Modelos de entrega e distribuição de serviços de Big Data.

Plataformas de computação em nuvem para Big Data.

5 - RACIOCÍNIO LÓGICO

Lógica: proposições, conectivos, equivalências lógicas, quantificadores e predicados.

Conjuntos e suas operações, diagramas.

Números inteiros, racionais e reais e suas operações, porcentagem e juros.

Proporcionalidade direta e inversa.

Medidas de comprimento, área, volume, massa e tempo.

Estrutura lógica de relações arbitrárias entre pessoas, lugares, objetos ou eventos fictícios; dedução de novas informações das relações fornecidas e avaliação das condições usadas para estabelecer a estrutura daquelas relações

Compreensão de dados apresentados em gráficos e tabelas.

Raciocínio lógico envolvendo problemas aritméticos, geométricos e matriciais.

Problemas de contagem e noções de probabilidade.

Geometria básica: ângulos, triângulos, polígonos, distâncias, proporcionalidade, perímetro e área.

Noções de estatística: média, moda, mediana e desvio padrão.

Plano cartesiano: sistema de coordenadas, distância.

Problemas de lógica e raciocínio.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

1 - CONTABILIDADE VOLTADA PARA O SETOR PÚBLICO

NBC TSP Estrutura Conceitual - estrutura conceitual para elaboração e divulgação de informação contábil de propósito geral pelas entidades do setor público.

Relatório Contábil de Propósito Geral das Entidades do Setor Público (RCPG).

Composição do Patrimônio Público.

Estrutura e apresentação das Demonstrações Contábeis do Setor Público.

Definições, finalidade, componentes, estrutura e conteúdo das demonstrações: de acordo com a Lei nº 4.320/1964; de acordo com a NBC T SP 11; e de acordo com o MCASP.

Plano de Contas aplicado ao Setor Público.

Conceito de contas patrimoniais e de resultado.

Função e estrutura das contas.

Escrituração: débito, crédito, saldo, sistema de partidas dobradas.

Tópicos selecionados da Lei Complementar nº 101/2000:

Conceitos de dívida pública e restos a pagar, escrituração e consolidação das contas.
Transações no setor público.

Despesa pública. Conceito, etapas, estágios e categorias econômicas.

Receita pública. Conceito, etapas, estágios e categorias econômicas.

Créditos Adicionais.

Execução orçamentária e financeira.

Fonte ou Destinação de Recursos.

Suprimento de Fundos.

Restos a Pagar.

Despesas com Pessoal: definições, limites, controle e acompanhamento da Despesa Total com Pessoal.

Despesas de Exercícios anteriores. Restos a pagar, empenho, liquidação e pagamento (Lei nº 4.320/1964 e MCASP).

Apresentação de Informação Orçamentária nas Demonstrações Contábeis (NBC TSP 13).

Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF) 13ª edição: Relatório resumido da execução orçamentária: estrutura, composição.

Relatório de gestão fiscal: estrutura, composição. Legislação: Lei nº 4.320/1964, Decreto nº 93.872/1986, Lei Complementar nº 101/2000.

Lei nº 10.180/2001.

Decreto nº 6.976/2009.

Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) - 10ª edição, editado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), aprovado pela Portaria Conjunta STN/SOF nº 23, de 11 de dezembro de 2023 e pela Portaria STN nº 1568, de 11 de dezembro de 2023:

Parte Geral;

Parte I - Procedimentos contábeis orçamentários;

Parte II - Procedimentos contábeis patrimoniais;

Parte III - Procedimentos Contábeis Específicos (item 5. DÍVIDA ATIVA);

Parte IV - Plano de Contas aplicado ao setor público - PCASP;

Parte V - Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público.

Noções de Informações de Custos no Setor Público: NBC TSP 34 - Custos no Setor Público.

Manual de Informações de Custos do Governo Federal, aprovado pela Portaria STN nº 518/2018.

Manual do Processo Gerenciar Custos do Governo Federal, aprovado pela Portaria STN n. 1470 de 30 de junho de 2022.

2 - ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Orçamento público. Conceito, abordagens moderna e tradicional.

Técnicas e modelos orçamentários.

Orçamento público: natureza política, econômica, gerencial e jurídica.

Orçamento-Programa: fundamentos e técnicas.

Princípios orçamentários.

Orçamento segundo a Constituição da República de 1988 e a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Plano Plurianual - PPA,

Lei de Diretrizes Orçamentárias e Financeiras - LDO, Anexo de Metas Fiscais, Anexo de Riscos Fiscais,

Lei Orçamentária Anual - LOA.

Ciclo orçamentário.

Sistema e Processo orçamentário.

Emendas parlamentares ao Orçamento.

Mecanismos retificadores do orçamento, créditos ordinários e adicionais.

Programação e execução orçamentária e financeira.

Estágios e execução da despesa pública e da receita pública.

Sistemas de informações orçamentárias.

Acompanhamento e controle da execução orçamentária.

Descentralização de créditos e movimentação de recursos financeiros.

Sistemas de informações orçamentárias e de controle no Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP).

Classificação da despesa pública: institucional, funcional, programática, pela natureza e classificações adicionais previstas no Manual Técnico de Orçamento - MTO.

Classificação da receita pública: institucional, por categorias econômicas, por fontes e classificações adicionais previstas no Manual Técnico de Orçamento - MTO.

Orientações aplicáveis ao processo de execução orçamentária das despesas relativas a pessoal, benefícios aos servidores, sentenças judiciais e pensões indenizatórias.

Dívida ativa. Restos a pagar.

Despesas de exercícios anteriores.

Suprimento de fundos.

Regras para elaboração, execução e controle orçamentário previstas na Lei Federal nº 4.320/1964.

Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000): princípios, conceitos, planejamento, renúncia de receitas, geração de despesas, transferências voluntárias, destinação de recursos para o setor privado, transparência da gestão fiscal, prestação de contas e fiscalização da gestão fiscal.

Dívida pública e controle do endividamento.

Limites e controle de despesa com pessoal.

Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI: conceito, objetivos, principais documentos contábeis;

Tabela de eventos: conceito, estrutura e fundamentos lógicos.

Direito Tributário aplicado à Gestão Pública: retenção do Imposto de Renda, ISS e INSS.

Retenção de tributos federais: Lei Federal nº 9.430/1996 (seção V do Capítulo V).

Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012.

Instrução Normativa RFB nº 2.110/2022.

Hipóteses de retenção de ISSQN na fonte previstas na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 - Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte (seção IV do Capítulo IV).

Sistema Público de Escrituração Digital - SPED: Decreto nº 6.022/2007, Instrução Normativa RFB nº 2.003/2021. CTG 2001 (R3) - procedimentos técnicos e demais formalidades a serem observados na escrituração contábil em forma digital para fins de atendimento ao SPED.

Conceito, objetivos e funcionamento do Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas - E-Social: Decreto nº 8.373, de 11 de dezembro de 2014.

Conceito, objetivos e funcionamento do Módulo de Escrituração Fiscal Digital de Retenções e Outras Informações Fiscais (EFD-Reinf): Instrução Normativa RFB nº 2043, de 12 de agosto de 2021.

Conceito, objetivos e funcionamento da Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTF) e da Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais Previdenciários e de Outras Entidades e Fundos (DCTFWeb): Instrução Normativa RFB nº 2005, de 29 de janeiro de 2021.

3 - AUDITORIA GOVERNAMENTAL

Auditoria interna. Conceitos.

Auditoria Governamental.

Tipos de Auditoria: Conformidade, operacional, demonstrações contábeis.

Instrumentos de fiscalização: Auditoria, levantamento, monitoramento, acompanhamento e inspeção.

Normas para a tomada e prestação de contas dos administradores e responsáveis da Administração Pública Federal, para fins de julgamento pelo Tribunal de Contas da União (IN-TCU 84, de 22 de abril de 2020).

Controle Interno: abrangência, classificação, estrutura e componentes.

Lei nº 10.180/2001.

Instrução Normativa Conjunta MP/CGU nº 01, de 10 de maio de 2016 - Dispõe sobre controles internos, gestão de riscos e governança no âmbito do Poder Executivo Federal.

O papel da auditoria interna na gestão de riscos. O modelo de três linhas.

4 - DIREITO ADMINISTRATIVO

Controle da Administração Pública.

Controle exercido pela Administração Pública. Controle judicial. Controle legislativo.

Improbidade administrativa: Lei nº 8.429/1992.

Lei Anticorrupção: Lei nº 12.846/13.

Abuso de autoridade (Lei nº 13.869, de 5 de setembro de 2019).

Processo administrativo. Lei nº 9.784/1999.

Licitações e contratos administrativos. Legislação pertinente Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos).

Decreto nº 11.462/2023 (sistema de registro de preços).

Direito de acesso à informação no Brasil: normas constitucionais,

Lei nº 12.527/2011, Decreto nº 7.724/2012 (Regulamenta a Lei nº 12.527/2011) e Decreto nº 8.777/2016 (Institui a Política de Dados Abertos do Poder Executivo federal).

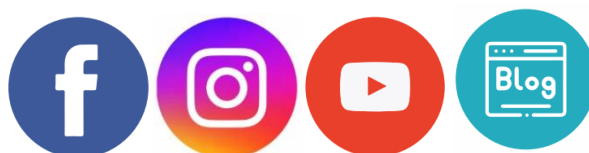
Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD).

Atuação do Estado no Domínio Econômico.

Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro (Arts. 20 a 30, do Decreto-Lei nº 4.657/1942) e respectivo regulamento (Decreto nº 9.830/2019).

CANAIS

Já nas redes sociais, você pode contar com o nosso apoio em canais atualizados diariamente, oferecem notícias completas e conteúdos direcionados sobre concursos de todo o Brasil. Fique ligado!



BONS ESTUDOS!